

## **RESOLUÇÃO CFESS Nº 736, de 5 de janeiro de 2016**

**EMENTA:** Altera a Resolução CFESS nº 446/2003, de 08 de julho de 2003.

**O Presidente do Conselho Federal de Serviço Social**, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

**CONSIDERANDO** que o artigo 8º da Lei nº 8662, de 07 de junho de 1993, publicada no Diário Oficial da União nº 107, de 8 de junho de 1993, Seção 1, estabelece que compete ao Conselho Federal de Serviço Social, na qualidade de órgão normativo de grau superior, o exercício, dentre outras, da atribuição de orientar, disciplinar e normatizar o exercício da profissão do assistente social;

**CONSIDERANDO** a disposição do artigo § 3º do art. 2º da Lei 11.000, de 15 de dezembro de 2004, que estabelece que os Conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas ficam autorizados a normatizar a concessão de diárias, jetons e auxílios de representação, fixando o valor máximo para todos os Conselhos Regionais;

**CONSIDERANDO** a competência do Conselho Pleno do CFESS para estabelecer normas para a concessão de diárias de Conselheiros/as, Assessores/as, Funcionários/as e Profissionais designados/as para desempenho de atividades de interesse do CFESS, conforme inciso XVI, art. 26, do Estatuto do Conjunto CFESS/CRESS;

**CONSIDERANDO** que as Orientações para os Conselhos de Fiscalização das Atividades Profissionais, emanadas pelo TCU, estabelecem que os Conselhos de Fiscalização Profissional, após a edição da Lei 11.000/2004, não mais se submetem à observância do Decreto 5.992, de 19.12.2006 (que revogou o Anexo I do antigo Decreto 343/91), que regulamenta a concessão de diárias no âmbito da Administração Pública Federal;

**CONSIDERANDO** que as Orientações para os Conselhos de Fiscalização das Atividades Profissionais, emanadas pelo TCU, estabelecem que a normatização da concessão de diárias, mormente a fixação de seus valores, deve pautar-se pelo crivo da razoabilidade, do interesse público e da economicidade dos atos de gestão, bem como pelos demais princípios que regem a Administração Pública, alertando que a adoção de valores desarrazoados, assim entendidos os que injustificadamente excedem aqueles praticados por outros órgãos e entidades da administração pública federal (Decreto 5.992/2006), poderá ensejar a aplicação de medidas sancionadoras;

**CONSIDERANDO**, finalmente, a aprovação da presente Resolução pelo Conselho Pleno do CFESS realizado entre os dias 10 e 13 de dezembro de 2015.

## **RESOLVE:**

**Art. 1º** Alterar o valor previsto no artigo primeiro da Resolução CFESS nº 446, de 08 de julho de 2003, publicada no Diário Oficial da União nº 131, de 10 de julho de 2003, Seção 1:

**Art. 1º** - Fixar em R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais) o valor da diária a ser concedida a conselheiros, assessores, convidados e funcionários do CFESS, para custear despesas com alimentação e estadia, quando a serviço ou representando o CFESS fora do município ou região administrativa do Distrito Federal de sua residência.

**Art. 2º** Alterar o valor previsto no artigo segundo da Resolução CFESS nº 446, de 08 de julho de 2003:

**Art. 2º** - Fixar em R\$ 225,00 (duzentos e vinte e cinco reais) o valor da meia diária a ser concedida a conselheiros, assessores, convidados e funcionários do CFESS, para custear despesas com alimentação e traslado, quando a serviço ou representando o CFESS fora do município ou região administrativa do Distrito Federal de residência, desde que com hospedagem paga pelo CFESS ou quando não houver pernoite.

**Art. 3º** Esta Resolução passa a surtir seus regulares efeitos de direito na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

**MAURÍLIO CASTRO DE MATOS**  
**Presidente do CFESS**